

NAIP Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

30 de junho de 2026

NAIP Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente	4
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
1. Contexto operacional	12
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	12
3. Principais práticas contábeis	13
4. Caixa e equivalentes de caixa	19
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	19
6. Títulos e Valores Mobiliários	19
7. Valores a receber de transações de pagamento e provisão para perda esperada	20
8. Outros ativos	21
9. Despesas antecipadas	21
10. Ativos e passivos fiscais	22
11. Passivos financeiros	23
12. Outros passivos	24
13. Provisões para contingências	24
14. Patrimônio Líquido	25
15. Partes relacionadas	26
16. Despesas de pessoal	27
17. Despesas administrativas	27
18. Outras despesas operacionais	27
19. Gerenciamento de riscos	27
20. Outras informações	30
Composição da Administração	31

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
-------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	-----------------------	--------------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da NAIP Instituição de Pagamento S.A. ("NAIP" ou "Sociedade") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mercado de Atuação

A NAIP, instituição integrante do Grupo Elopap, atua como instituição de pagamento regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em conformidade com o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), nas modalidades de emissora de moeda eletrônica, emissora de instrumentos de pagamento pós-pago e credenciadora.

Estratégia e Foco no Cliente

A estratégia da NAIP está fundamentada na oferta de soluções de pagamento inovadoras, seguras e aderentes à regulamentação vigente, abrangendo produtos pré-pagos e pós-pagos em diferentes arranjos de pagamento. A Sociedade mantém o foco permanente na qualidade do atendimento, na eficiência operacional e na experiência dos clientes corporativos, usuários finais e estabelecimentos comerciais, visando assegurar a continuidade dos serviços e a geração de valor sustentável.

Expansão da Carteira e Reestruturação Operacional

A reorganização operacional implementada em 2025, decorrente da transferência, pela Alelo S.A. (anteriormente denominada Alelo Instituição de Pagamento S.A.) para a NAIP, da carteira de produtos pré e pós-pagos regulados pelo Banco Central do Brasil, continuou refletindo positivamente nas operações da Sociedade ao longo do primeiro semestre de 2026. A NAIP permaneceu responsável pela gestão integral desses produtos regulados, mantendo o uso da marca "Alo", enquanto a Alelo S.A. permaneceu responsável pelos benefícios não regulados, incluindo aqueles vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2026, o Patrimônio líquido da Sociedade atingiu R\$ 257,8 milhões (R\$ 209,3 milhões em 31/12/2025). O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 40,5 milhões, apresentando expressiva evolução em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,5 milhão em 30/06/2025).

Em 28 de abril de 2026, foi homologado pelo BACEN o aumento do capital social da NAIP no montante de R\$120,0 milhões, fortalecendo sua estrutura de capital e proporcionando maior capacidade para suportar o crescimento das operações.

Dividendos

Os acionistas têm assegurado o direito ao dividendo anual mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Sociedade. A destinação do resultado do exercício encontra-se evidenciada nas demonstrações financeiras. Em 30 de abril de 2026, foram revertidos para conta de Reserva de Expansão os dividendos destacados em dezembro de 2025, no valor de R\$ 8,06 milhões.

Estrutura de Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2026, os ativos totais da Sociedade somaram R\$ 773,6 milhões (R\$ 875,5 milhões em 31/12/2025), dos quais R\$ 578,2 milhões (R\$ 741,8 milhões em 31/12/2025) referem-se a Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, mantendo posição compatível com a natureza das operações. No passivo, os recursos de clientes mantidos em contas de pagamento pré-pagos totalizaram R\$ 499,9 milhões (R\$ 539,7 milhões em 31/12/2025).

Agradecimentos

A Administração registra seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela contínua confiança e pelo essencial apoio que contribuíram para o desempenho da Sociedade no primeiro semestre de 2026.

Barueri, 27 de agosto de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 - parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP
Caixa Postal 79518 – CEP 04707-970 – São Paulo – SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao

**Conselho de Administração e Acionista da
NAIP Instituição de Pagamento S.A.**

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NAIP Instituição de Pagamento S.A. (“NAIP” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NAIP Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

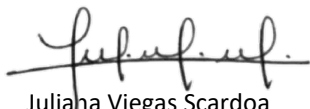
divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP295328/O-2

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Notas explicativas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	4	32.353	47.375
Ativos financeiros		737.274	824.899
Ao valor justo por meio do resultado		676.610	741.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	578.248	741.851
Títulos e valores mobiliários	6	98.362	-
Ao custo amortizado		60.664	83.048
Valores a receber de transações de pagamento	7	49.441	49.694
(-) Provisão para perda esperada	7	(708)	(789)
Outros ativos financeiros	8	11.931	34.143
Ativos não financeiros		3.961	3.239
Despesas antecipadas	9	1.981	1.064
Ativos fiscais correntes	10.a	1.927	1.955
Outros ativos	8	53	220
Total do ativo		773.588	875.513
Passivo			
Passivos financeiros		509.414	660.203
Ao custo amortizado		509.414	660.203
Contas de pagamento pré-pagas	11	499.926	539.676
Obrigações por transações de pagamento	11	3.839	3.888
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	11	768	892
Outros passivos financeiros	12	4.881	107.690
Dividendos a pagar	14.b	-	8.057
Passivos não financeiros		6.383	6.044
Passivos fiscais	10.b	5.603	4.661
Correntes		5.597	4.659
Diferidos		6	2
Provisão para contingências	13.b	28	-
Outros passivos	12	752	1.383
Patrimônio líquido	14	257.791	209.266
Capital social		183.401	63.401
Aumento de capital		-	120.000
Reservas de lucros		74.390	25.865
Total do passivo e patrimônio líquido		773.588	875.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Notas explicativas	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas operacionais		60.852	3
Resultado de serviços de transações de pagamento e outros serviços		60.852	3
Resultado financeiro		44.808	2.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	47.187	2.272
Despesas financeiras	15.c	(2.379)	-
Resultado da provisão de perda esperada		81	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(42.852)	(141)
Despesas de pessoal	16	(915)	-
Despesas administrativas	17	(26.722)	(35)
Despesas tributárias	10.d	(10.710)	(106)
Outras receitas operacionais		1.231	-
Outras despesas operacionais	18	(5.736)	-
Resultado operacional		62.889	2.134
Resultado não operacional		27	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		62.916	2.135
Imposto de renda e contribuição social	10.c	(22.220)	(658)
Imposto de renda correntes		(15.624)	(481)
Contribuição social correntes		(6.592)	(177)
Passivo fiscal diferido		(4)	-
Participações no lucro		(228)	-
Lucro líquido		40.468	1.477
Número de Ações (Mil)	14.a	760.221	331.298
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,053	0,004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido	40.468	1.477
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	40.468	1.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração				
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado								
Demonstração das mutações do patrimônio líquido								
Reservas de Lucros								
	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		401	-	-	-	-	(161)	240
Aumento de capital		14.a	63.000	-	-	-	-	63.000
Lucro líquido		-	-	-	-	-	1.477	1.477
Destinações:								
Reserva legal		14.c	-	-	66	-	(66)	-
Reserva de retenção de lucros		14.c	-	-	-	1.250	(1.250)	-
Reserva de expansão		14.c	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025		63.401	-	66	-	1.250	-	64.717
Reservas de Lucros								
	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025		63.401	120.000	1.696	1.250	22.919	-	209.266
Aumento de capital		14.a	120.000	(120.000)	-	-	-	-
Reversão de dividendos		14.b	-	-	-	8.057	-	8.057
Reclassificação para Reserva de expansão		14.c	-	-	-	22.919	(22.919)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	40.468	40.468
Destinações:								
Reserva legal		14.c	-	-	2.023	-	(2.023)	-
Reserva de retenção de lucros		14.c	-	-	-	38.445	(38.445)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		183.401	-	3.719	32.226	38.445	-	257.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Demonstração do fluxo de caixa

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Atividades operacionais			
Lucro líquido		40.468	1.477
Ajustes ao lucro líquido		(49)	-
Reversão para perda esperada		(81)	-
Provisão para contingências	13.b	28	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b.1	4	-
Variações em Ativos e Passivos		(166.665)	(64.698)
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	(3.468)
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		(98.362)	(64.268)
Redução (Aumento) em valores a receber		253	-
Redução (Aumento) em outros ativos financeiros		22.212	(2)
Redução (Aumento) em despesas antecipadas		(917)	-
Redução (Aumento) em outros ativos		167	(300)
Redução (Aumento) em ativos fiscais correntes		28	(53)
Aumento (Redução) em contas de pagamento pré-pagas		(39.750)	3.124
Aumento (Redução) em obrigações por transações de pagamento		(49)	-
Aumento (Redução) em obrigações por serviços de instituições de arranjo		(124)	-
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros		(50.430)	11
Aumento (Redução) em passivos fiscais correntes		11.231	517
Aumento (Redução) em outros passivos não financeiros		(631)	(10)
Imposto pago		(10.293)	(249)
Caixa líquido originado em atividades operacionais		(126.246)	(63.221)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	14.a	-	63.000
Liquidação de principal de mútuo com partes relacionadas	1	(50.000)	-
Juros pagos sobre mútuo com partes relacionadas	15.c	(2.379)	-
Caixa líquido originado em atividades de financiamento		(52.379)	63.000
Redução líquida do Caixa e equivalentes de caixa		(178.625)	(221)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		789.226	243
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	610.601	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas explicativas

1. Contexto operacional

A NAIP Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "NAIP"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A., que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, nº 512 - 3 parte, edifício "Condomínio Evolution Corporate" – Alphaville - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 08 de agosto de 2007 com a denominação social Bolonha Holding S.A. Em 29 de abril de 2011, a denominação foi alterada para Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. Em 24 de março de 2025 foi alterada a denominação social para NAIP Instituição de Pagamento S.A., tendo como objeto social: (a) gerir conta de pagamento; (b) emitir instrumento de pagamento; (c) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; e (d) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica.

Em 19 de maio de 2025 a Sociedade obteve autorização do Banco Central do Brasil ("BACEN") para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. Em decorrência dessa autorização, passou a observar o arcabouço regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive quanto à elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2025, as sociedades coligadas Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") e NAIP Instituição de Pagamento S.A. ("NAIP"), integrantes do Grupo Elopár, formalizaram a transferência dos direitos e obrigações relacionados à carteira de produtos Pré e Pós Pagos, regulados pelo Banco Central do Brasil. O processo de migração operacional foi concluído em agosto de 2025, assegurando a continuidade dos serviços prestados aos clientes e estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, permanece vigente o direito de utilização da marca "Alelo" pela NAIP, a título gratuito e exclusivamente em relação aos produtos regulados, conforme as condições previstas nos instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

A transferência dos direitos e obrigações relacionados à carteira de produtos Pré e Pós-pagos caracterizou-se como reorganização societária intragrupo, realizada a valor contábil e sem contraprestação onerosa. No contexto dessa reorganização, em 18 de setembro de 2025, foi celebrado contrato de mútuo entre as partes relacionadas, no montante de R\$ 50.000 para suportar as necessidades operacionais decorrentes da transição. A liquidação do referido contrato ocorreu em abril de 2026.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da NAIP foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e alterações introduzidas pela Resolução BCB nº 367/24, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. Em conformidade com essa regulamentação, a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre curto e longo prazo divulgada nas respectivas notas explicativas.

As informações patrimoniais são apresentadas de forma comparativa com aquelas de 31 de dezembro de 2025, enquanto as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa são comparadas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de agosto de 2026.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

2.1 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

I - Resoluções BCB nº 390/24

Dispõe sobre alterações no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BACEN, incluindo modificações na estrutura do contas do COSIF, critérios de reconhecimento, mensuração e requisitos de evidenciação. A referida norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2030. A Sociedade prossegue na avaliação dos potenciais impactos decorrentes de sua adoção.

II – Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/23)

A partir de 1º de janeiro de 2026, iniciou-se o período de transição da tributação sobre o consumo, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/23. A Sociedade acompanha o processo de regulamentação por meio de leis complementares e avaliando os impactos potenciais em seus processos, sistemas de emissão de documentos fiscais, apuração e controle tributário.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiro ou não), receitas, despesas e outras transações. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

- **Valor justo dos instrumentos financeiros:** determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis, determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide notas explicativas nº 5 e 6;
- **Reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Envolve premissas e julgamentos relacionados à estimativa das perdas esperadas na realização dos ativos financeiros. Vide nota explicativa nº 7;
- **Reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos:** Envolve julgamentos e estimativas quanto a realização de passivos fiscais diferidos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e demais diferenças temporárias. Vide nota explicativa nº 10
- **Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 13.

Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Sociedade se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 352/2023, a partir de 1º de janeiro de 2025, a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é determinada pelo modelo de negócios nos quais os ativos financeiros são gerenciados, com base na gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, dos fluxos de caixas futuros contratualmente previstos e outros.

A Sociedade avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática, incluindo, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, a manutenção de um perfil específico de taxa de juros, e o alinhamento da duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pela Sociedade para administrar os ativos financeiros.

Além disso, a Sociedade realiza o teste denominado Somente Pagamento de Principal e Juros – SPPJ. Este evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Como resultado pela adoção do modelo de negócio e o resultado do teste SPPJ a Sociedade passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e
- Valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando estão em um modelo de negócio cujo objetivo é coletar fluxos de caixas contratuais e estes representam apenas pagamentos de principal e juros. Enquadram-se nessa classificação os valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes e alguns instrumentos financeiros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda. Os gastos incorridos que não possam ser apurados e controlados individualmente, são reconhecidos como despesa do período em que ocorrem.

A classificação como custo amortizado depende do atendimento ao teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos. Além disso, seus fluxos de caixa contratuais são representados apenas pelos pagamentos de principal e juros.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. A Sociedade realiza o ajuste necessário para manter o instrumento financeiro ao valor justo. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cuja intenção primária da Sociedade é de negociá-los frequentemente.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

b) Passivos financeiros

Nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, os passivos financeiros devem ser classificados ao custo amortizado, portanto depósitos, contas de clientes, títulos de dívida emitidos, empréstimos subordinados e passivos financeiros derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo líquido dos custos de transação na data de negociação. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

c) Taxa efetiva de juros

Taxa efetiva de juros equivale a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor bruto.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

A Sociedade pode realizar operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. A Sociedade não realizou operações de transferências de ativos durante o exercício de 2025 e no período até 30 de junho de 2026.

Em operações nas quais a Sociedade não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposta a alterações no valor do ativo transferido. As receitas e despesas são registradas de forma diferida pelo prazo da operação.

Passivos financeiros

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

3.3 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido era calculada à alíquota de 9% até 31 de março de 2026. A partir de 1º de abril de 2026, em decorrência das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, a alíquota aplicável às instituições de pagamento passou a ser de 12%, permanecendo nesse percentual até 31 de dezembro de 2027, conforme legislação vigente. Na demonstração financeira intermediária, a despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo. Na apuração dos tributos sobre o lucro é considerada a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i. Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atingidos.

3.5 Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando as obrigações até a data do balanço, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.6 Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/20.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos contingentes:** são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

3.7 Outros ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/2021 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as sociedades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de cinco etapas para o reconhecimento, conforme descrito a seguir:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- Determinar o preço das transações;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços.

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus serviços de produtos pré e pós-pagos regulados pelo BACEN.

• Receita adquirente

Referem-se às tarifas, taxas e demais remunerações decorrentes dos serviços de adquirência e credenciamento prestados pela Sociedade aos estabelecimentos comerciais e parceiros, incluindo, quando aplicável, comissões pela prestação desses serviços. Essas receitas são reconhecidas por competência, à medida que os serviços são prestados.

• Receita emissor

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e o reconhecimento é realizado por competência.

3.9 Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34, reitera para as instituições de pagamento a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

3.10 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	32.353	47.375
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	578.248	741.851
Total	610.601	789.226

- (1) São compostos por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e estão substancialmente vinculadas ao cumprimento das exigências regulatórias aplicáveis à instituição de pagamento, destinando-se à manutenção de recursos líquidos correspondentes aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 80 de 25 de março de 2021. Essas aplicações são de curto prazo, possuem alta liquidez e não estão sujeitas a alterações relevantes de valor quando resgatadas.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

		30/06/2026	31/12/2025
	Nível	Até 3 meses	Total
Aplicações compromissadas - valor justo no resultado (VJR)			
Títulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro - LFT (Nota 15.c)	2	578.248	578.248
Letras do tesouro nacional – LTN (Nota 15.c)	2	-	-
Total		578.248	578.248
Circulante		578.248	741.851

As operações compromissadas possuem vencimento diário e são renovadas conforme a gestão de liquidez da Sociedade. Dessa forma, a composição dos títulos públicos federais utilizados como lastro pode variar entre as datas-base das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2026, a posição está composta por operações lastreadas em Letras financeiras do Tesouro (LFT), não havendo, nesta data, saldo de operações lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN).

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da carteira por categoria e vencimento

		30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026
				Abertura por vencimento	
	Nível	Valor de custo	Valor contábil	Valor contábil	Sem vencimento
Valor justo no resultado (VJR)					
Títulos privados – Cotas de fundo de investimento – FI ^{(1) (2)}	2	98.362	98.362	-	98.362
Total		98.362	98.362	-	98.362
Circulante					98.362

(1) Cotas de fundo de investimento cuja carteira é composta por títulos públicos federais – letras financeiras do tesouro (LFT).

(2) O valor de custo/contábil equivale ao valor justo.

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	-----------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	46.235	8
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	952	2.259
Rendas com títulos de renda fixa	-	5
Total	47.187	2.272

7. Valores a receber de transações de pagamento e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Os valores a receber de transações de pagamento referem-se aos direitos a receber de usuários finais pagadores (portadores) decorrentes da utilização de instrumentos de pagamento pós-pago, principalmente cartões de crédito. Esses valores representam o saldo devedor das transações realizadas e faturadas, antes da liquidação por parte do usuário final, e são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme as normas aplicáveis às instituições de pagamento reguladas pelo BACEN.

a) Composição dos valores a receber

Classificação	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber de transações de pagamento ⁽¹⁾	49.441	49.694
Total	49.441	49.694
Circulante	49.441	49.694

(1) Referem-se a direitos a receber decorrentes de faturamentos realizados na modalidade pós-paga, incluindo operações com cartões e produtos multibenefícios.

b) Abertura por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	30/06/2026	31/12/2025
A vencer – até 3 dias	48.964	48.842
Vencido – 4 a 30 dias	475	533
Vencido – 31 a 60 dias	-	267
Vencido – 61 a 90 dias	-	46
Vencido – 91 a 180 dias	1	6
Vencido – 181 a 360 dias	1	-
Total	49.441	49.694

c) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (PPE)

A Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de Valores a receber de transações de pagamento é constituída em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23, e representa a melhor estimativa das perdas de crédito esperada ao longo da vida dos ativos financeiros. A mensuração da PPE considera fatores históricos de inadimplência, informações atuais e projeções futuras, refletindo a probabilidade de descumprimento das obrigações por parte dos usuários finais.

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	-----------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

c.1) Movimentação da provisão para perda esperada

Movimentação	01/01 a 30/06/2026
Saldo inicial	(789)
Constituição	(13)
Reversão	94
Saldo final	(708)

Em 30 de junho de 2025 não foi constituída provisão para perda esperada.

c.2) Exposição ao risco de crédito e provisão constituída

	30/06/2026			31/12/2025		
Faixa de vencimento	Valores a receber	% em relação a valores a receber	Provisão	Valores a receber	% em relação a valores a receber	Provisão
A vencer – até 3 dias	48.964	99,04%	(697)	48.842	98,29%	(718)
Vencido – 4 a 30 dias	475	0.96%	(10)	533	1,07%	(31)
Vencido – 31 a 60 dias	-	0,00%	-	267	0,54%	(23)
Vencido – 61 a 90 dias	-	0,00%	-	46	0,09%	(12)
Vencido – 91 a 180 dias	1	0,00%	-	6	0,01%	(5)
Vencido – 181 a 360 dias	1	0,00%	(1)	-	-	-
Total	49.441	100,00%	(708)	49.694	100,00%	(789)

8. Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Financeiros	11.931	34.143
Ao custo amortizado	11.931	34.143
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 15.c)	10.702	11.929
Títulos a receber ⁽¹⁾	1.229	22.214
Não financeiros	53	220
Adiantamentos salariais	53	220
Total	11.984	34.363
Circulante	11.984	34.363

(1) Referem-se a valores operacionais de natureza transitória, decorrente de diferenças temporais entre o processamento contábil e o respectivo repasse financeiro, bem como as tarifas pré-pagas faturadas e cobranças em liquidação na data-base.

9. Despesas antecipadas

	30/06/2026	31/12/2025
Descontos concedidos relacionados a pagamentos antecipados de benefícios	1.977	1.064
Seguro fiança	3	-
Prêmio de seguros a apropriar	1	-
Total	1.981	1.064
Circulante	1.981	1.064

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

10. Ativos e passivos fiscais

a) Ativos fiscais correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar	1.927	1.955
Total	1.927	1.955
Circulante	1.927	1.955

Em 30 de junho de 2026, A NAIP possui ativos fiscais diferidos não ativados no valor de R\$ 1.070 (R\$ 1.105 em 31 de dezembro de 2025).

b) Passivos fiscais correntes e diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Passivos fiscais diferidos	6	2
Provisão para impostos e contribuição sobre lucros	3.741	2.593
Impostos e contribuições a pagar	1.856	2.066
Total	5.603	4.661
Circulante	5.597	4.659
Não circulante	6	2

b.1) Natureza e origem dos passivos fiscais diferidos

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Saldo em 30/06/2026
Valor Justo Aplicações financeiras	2	4	6
Total	2	4	6

b.2) Expectativa de exigibilidade dos passivos fiscais diferidos

	30/06/2026		
	Diferenças temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2027	4	2	6
Total	4	2	6

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	-----------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

c) Imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	62.916	2.135
Participações no Lucro	(228)	-
Resultado antes dos impostos	62.688	2.135
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 12% (2025- 25% e 9%), respectivamente ⁽¹⁾	(23.195)	(726)
Contingências fiscais	-	2
Provisão para perdas	28	-
Provisão para despesas administrativas	(74)	3
Participação nos lucros – funcionários	95	-
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	52
Adicional IRPJ	12	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4)	-
Efeito da alteração da alíquota da CSLL	918	-
Imposto de renda e contribuição social	(22.220)	(658)

(1) Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que alterou as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para diversos setores, elevando especialmente as alíquotas aplicáveis às instituições financeiras e reguladas, com vigência escalonada até 2028. Para a NAIP a elevação da alíquota ocorreu a partir de 1º de abril de 2026 (de 9% para 12%), bem como de 12% para 15% a partir de 2028.

d) Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Contribuição ao COFINS	(7.318)	(91)
Contribuição ao PIS/PASEP	(1.483)	(15)
Impostos sobre serviços	(1.399)	-
Outras	(510)	-
Total	(10.710)	(106)

11. Passivos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Ao custo amortizado	504.533	544.456
Contas de pagamento pré-paga	499.926	539.676
Saldos de livre movimentação ⁽¹⁾	477.130	508.115
Saldos bloqueados ⁽²⁾	17.478	29.377
Saldos de contas encerradas ⁽³⁾	3.311	2.118
Saldos em adiantamento	2.007	66
Obrigações por transações de pagamento	3.839	3.888
Ressarcimentos ⁽⁴⁾	3.839	3.888
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	768	892
Custos operacionais utilização bandeiras ⁽⁵⁾	768	892
Total	504.533	544.456
Circulante	504.533	544.456

(1) Saldos de moeda eletrônica disponíveis para livre movimentação pelos titulares dessas contas.

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
----------------------------	-----------------------------------	---------------------------	--------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

- (2) Obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários de cartões e ainda não utilizados.
- (3) Valores a serem repassados PF e PJ de contratos encerrados.
- (4) Restituição e desconto a clientes sobre benefícios creditados e pagos antecipadamente.
- (5) Custos operacionais a pagar aos administradores das bandeiras no processamento de transações com cartões.

12. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Financeiros	4.881	107.690
Ao custo amortizado	4.881	107.690
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 15.c)	4.485	107.156
Outros	396	534
Não financeiros	752	1.383
Provisão para pagamentos a efetuar	321	661
Gratificações e Participações a pagar	228	505
Salários e encargos	203	217
Total	5.633	109.073
Circulante	5.633	109.073

13. Provisões para contingências

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.6).

b) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

Em 30 de junho de 2026, o saldo das provisões para contingências totaliza R\$ 28, integralmente relacionado a processos de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo registrado de provisões para contingências.

c) Movimentação das provisões para contingências

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
	Cíveis	Fiscais
Saldo inicial	-	7
Constituição	28	-
Atualização	3	-
Pagamentos	(3)	(5)
Saldo final	28	2

d) Provisões para contingências com risco de perda provável

Em 30 de junho de 2026 a Sociedade não possui processos fiscais e trabalhistas com risco de perda avaliado por seus assessores jurídicos como provável. Em 31 de dezembro de 2025, não possuía processos fiscais, trabalhistas ou cíveis classificados como de perda provável.

e) Provisões para contingências com risco de perda possível

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Sociedade não possuía ações fiscais ou trabalhistas classificadas como de perda possível.

As ações cíveis com classificação de perda possível, totalizaram em 30 de junho de 2026 o valor de R\$ 231 (R\$ 71 em 31 de dezembro de 2025).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital social em 30 de junho de 2026 totalmente subscrito e integralizado, é composto por 760.221 (31 de dezembro de 2025 – 331.298) mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 24 de março de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital de R\$ 63.000, com a emissão de 330.043.547 (trezentas e trinta milhões, quarenta e três mil, quinhentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, passando o capital social da Sociedade a ser dividido em 331.298.098 (trezentos e trinta e um milhões, duzentos e noventa e oito mil e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 22 de dezembro de 2025, a AGE aprovou o aumento de capital mediante subscrição de ações, com integralização em moeda corrente no montante de R\$ 120.000, mediante a emissão de 428.922.723 (quatrocentas e vinte e oito milhões, novecentas e vinte e duas mil, setecentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal. O BACEN homologou o aumento de capital em 28 de abril de 2026.

A composição acionária da Sociedade em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Acionista	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Holding Financeira S.A.	760.220.821	100%	331.298.098	100%
Total	760.220.821	100%	331.298.098	100%

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação societária brasileira.

Em conformidade com a ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2026, foram revertidos para conta de reserva de expansão, os dividendos destacados em dezembro de 2025 no valor de R\$ 8.057 (R\$ 0,011 por ação ordinária).

c) Reservas de lucros

O lucro líquido apurado após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para reserva legal no período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceder a 30% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido, após as destinações legais, parcela poderá ser destinada à reserva de retenção de lucros, constituída por proposta da Administração, com a finalidade de financiar investimentos e reforço de capital de giro, com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A constituição e manutenção, em conjunto com a reserva legal, observa o limite máximo de 100% do capital social, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Reserva de expansão

Em conformidade com AGO realizada em 30 de abril de 2026, o montante de R\$ 22.919, anteriormente constituído em dezembro de 2025 na conta de Reserva de retenção de lucros, foi reclassificado para a conta de Reserva de expansão, destinada a suportar o crescimento das atividades da Sociedade.

15. Partes relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Em 30 de junho de 2026, não foram registradas despesas com honorários para o Conselho de Administração. A NAIP integra o grupo Elopap, e seus administradores são remunerados pela Alelo S.A., entidade do grupo, em razão dos cargos que ocupam na referida companhia, não havendo remuneração diretamente paga pela NAIP.

b) Participação Acionária

A NAIP é controlada pela Elo Holding Financeira S.A. que possui participação acionária direta de 760.221 mil ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, equivalentes a 100% do capital social.

c) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Disponibilidades	339	294	-	-
Banco Bradesco S.A.	236	229	-	-
Banco do Brasil S.A.	103	65	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	578.248	741.851	46.235	8
Banco do Brasil S.A.	578.248	741.851	46.235	8
Títulos e valores mobiliários	98.362	-	952	2.264
Banco Bradesco S.A.	98.362	-	952	2.261
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	3
Valores a receber de sociedades ligadas	10.702	11.929	-	-
Banco Bradesco S.A.	6.000	-	-	-
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	4.702	7.452	-	-
Alelo S.A.	-	4.477	-	-
Contas a receber de transações de pagamento	3	-	-	-
Elo Participações Ltda	2	-	-	-
Livelo S.A.	1	-	-	-
Despesas antecipadas	1	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	1	-	-	-
Contas de pagamento pré-pagas	(859)	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	(1)	-	-	-
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	(858)	-	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.485)	(107.156)	(2.379)	-
Alelo S.A. ^{(1) (2)}	(2.918)	(105.017)	(2.379)	-
Banco Bradesco S.A.	(164)	(539)	-	-
Banco do Brasil S.A.	(1.403)	(1.600)	-	-
Dividendos a Pagar	-	(8.057)	-	-
Elo Holding Financeira S.A.	-	(8.057)	-	-
Outros Passivos	(408)	-	(1.761)	-
Banco Bradesco S.A.	(12)	-	(522)	-

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado				
Elo Serviços S.A.		(396)	-	(1.160)
Banco do Brasil S.A.		-	-	(79)
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		(768)	-	(4.655)
Elo Serviços S.A.		(768)	-	(4.655)
Receitas Financeiras		-	-	1.094
Banco Bradesco S.A.		-	-	632
Banco do Brasil S.A.		-	-	462
(1) O saldo em 30 de junho de 2026, corresponde substancialmente a liquidação do contrato de mútuo e abastecimento de caixas eletrônicos (ATMs) celebrado com a Alelo S.A. (2) Refere-se as despesas com juros sobre o contrato de mútuo.				

16. Despesas de pessoal

	01/01 a 30/06/2026
Remuneração	(552)
Encargos	(197)
Benefícios	(166)
Total	(915)

Em 30 de junho de 2025 a Sociedade não apresentou saldo em despesa de pessoal.

17. Despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(13.818)	(13)
Processamento de dados	(5.469)	-
Comunicações	(4.642)	-
Serviços do sistema financeiro	(2.136)	(2)
Honorários profissionais	(431)	(17)
Outras	(226)	(3)
Total	(26.722)	(35)

(1) Referem-se substancialmente a custos de manutenção, infraestrutura e hospedagem em sistemas de *Business Intelligence* (BI).

18. Outras despesas operacionais

	01/01 a 30/06/2026
Programa incentivos de vendas	(4.338)
Comissionamento canais parceiros	(112)
Gastos de implantação	(93)
Outras	(1.193)
Total	(5.736)

Em 30 de junho de 2025 a Sociedade não apresentou saldo em outras despesas operacionais.

19. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança da Elo Participações Ltda. ("EloPar"), controladora indireta, e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora indireta “EloPar” de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de Crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Risco de liquidez

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente de eventuais descasamentos entre fluxos de caixa realizados e projetados, associados às suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes, alçadas, ações e governança a serem observadas em cenários de potencial insuficiência de liquidez.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análise dos fluxos de caixa realizados e projetados, através de modelos internos de monitoramento de liquidez, que avaliam a capacidade da Sociedade em honrar suas obrigações financeiras e regulatórias relevantes, incluindo aquelas relacionadas à manutenção da salvaguarda de recursos de usuários e estabelecimentos em ativos de alta liquidez e baixo risco, inclusive sob cenários de sensibilidade base e pessimista.

A Tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa estimados dos passivos financeiros não derivativos, distribuídos por faixa de vencimento, conforme a metodologia de gerenciamento do risco de liquidez adotado pela Sociedade. Os valores apresentados refletem as premissas utilizadas pela Sociedade para monitoramento dos fluxos financeiros esperados

Relatório da Administração	Relatório do Auditor Independente	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Composição da Administração	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado					
Passivos financeiros não derivativos		Valor contábil	Valor total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Contas de pagamento pré-pagas		499.926	436.185	436.185	-
Obrigações por transações de pagamento		3.839	3.350	3.350	-
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		768	670	670	-
Outros passivos financeiros		4.881	4.259	4.259	-
Passivos Fiscais correntes		5.597	4.883	4.883	-
Passivos Fiscais diferidos		6	5	-	5
Outros Passivos		752	656	656	-
Total		515.769	450.008	450.003	5

Considerando o modelo de negócio da Sociedade, que envolve a administração de recursos de clientes por meio de contas de pagamento, instrumentos de pagamento e a formação de agenda de liquidação junto aos estabelecimentos comerciais em prazo médio aproximado de 2,5 (dois) dias e meio, os passivos operacionais são considerados de curto prazo para fins de análise e monitoramento interno do risco de liquidez

A Sociedade dispõe de metodologias e controles adequados ao porte, complexidade e natureza de suas operações para o gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de preservar sua solidez financeira, assegurar o cumprimento de índices regulatórios e de suas obrigações.

Risco operacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar", controladora da Sociedade.

Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital e a reputação da NAIP estejam compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

A Sociedade mantém patrimônio mínimo requerido, em valor superior ao requerimento determinado pelo BACEN (12% em 30/06/2026, nos termos da regulamentação vigente), destinado a cobrir os riscos nas operações de Instituição de Pagamento. O demonstrativo de apuração do índice de Capital Regulatório da NAIP, está demonstrado a seguir:

			30/06/2026 (valores em reais)
Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRip)			257.791.871
Ativos Ponderados pelo Risco para Instituição de Pagamento (RWAip)			221.199.227
RWA	SP	Serviços de pagamento prestados	106.821.293
RWA	RCSimp	Exposições ao risco de crédito	114.377.934
Índice de Capital Regulatório			116,54

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado*

20. Outras informações

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultados não recorrentes.

Eventos subsequentes

Entre 30 de junho de 2026 e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que demandassem divulgação ou ajustes.

Composição da Administração em 30 de junho de 2026

Diretoria

Diretor Presidente

Márcio Alves Alencar

Diretores sem designação específica

Esther Dalmas

Flávio Augusto Corrêa Basilio

Superintendente

Susanne Raquel Farias Gonçalves

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos – CRC 1SP225353/O-0